

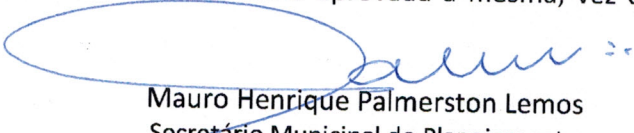


**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA  
AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE**

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (27/05/2019), às 09h, no auditório da Câmara Municipal de Caldas Novas, realizou-se a Audiência Pública referente à revisão do Plano Diretor do Município, com o tópico: zoneamento urbano. A audiência foi aberta pelo Coordenador da Comissão Técnica Municipal para Estudo e Revisão do Plano Diretor, Sr. Mauro Henrique Palmerston Lemos, Secretário Municipal de Planejamento, que convocou a Dr<sup>a</sup> Sáva Tatiene Naves Pereira Evangelista, para secretariar a referida audiência, que digita esta Ata e ao final assina. Com a palavra, o Coordenador Mauro Henrique explanou brevemente sobre o Estatuto da Cidade e convidou as arquitetas que representam o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, Sras. Dagmar e Luciana Lemos, para explanar a respeito do tema, com o que acataram e fizeram o uso da palavra, esclarecendo o significado de zoneamento, sua função, importância e diretrizes. Com o uso da palavra, o Coordenador Mauro Henrique explanou sobre as modificações pontuais das leis municipais de zoneamento, e mais uma vez destacou sobre a determinação da revisão do plano diretor, pelo Estatuto da Cidade. Ato contínuo, abriu a palavra para os presentes, para perguntas e sugestões. No uso da palavra, o Sr. Rodrigo Lima, vereador do Município, que agradeceu a presença de todos na Audiência, e disse que, durante a explanação pelas arquitetas, lhe surgiu a ideia de alterar a zona de amortecimento dos loteamentos próximos à Serra de Caldas, e pediu para analisar melhor sobre a zona aeroportuária. Foi passada a palavra para o Sr. Andrei Barbosa, presidente da subseção da OAB, que indagou se existe alguma proposta para mudar o zoneamento do setor Itanhangá e se não seria importante uma audiência pública apenas com os moradores para isso; e esclareceu que a OAB estava questionando a representatividade das audiências públicas em virtude de que houveram erros no passado, pois o modelo do plano diretor da cidade não deu certo e que não tem planejamento. Em resposta, o Coordenador Mauro Henrique esclareceu que hoje teve Oficina sobre zoneamento, e que até a data de hoje não recebeu qualquer documento sobre mudança de zoneamento do setor Itanhangá; esclareceu, ainda, que esta revisão, pela Lei, é a cada dez anos, e Caldas Novas está adiantada, e que desconhece qualquer erro que o presidente da subseção afirmou ter havido; esclareceu que tem caráter ilibado e conduta honrada, e esclareceu que apenas questionou sobre a indagação de que a OAB não tinha representatividade, sendo que tem; disse que seu objetivo é aperfeiçoar a legislação municipal existente, com transparência em todos os atos. Passou a palavra para o veterinário Maurício, que falou que a população não está sabendo das



audiências públicas, mesmo sendo divulgado no sítio eletrônico. O Coordenador esclareceu que envia convite para mais de doze entidades no Município, e acreditava que as mesmas estivessem repassando tal convite; e ainda disse que pediu para que as entidades façam as suas reuniões para que depois levem ao conhecimento da Equipe Técnica o que a instituição deseja; disse, ainda, que vai convidar todos os presidentes das entidades para uma reunião, onde será lavrada Ata. Passou a palavra para o advogado Fernando Magalhães, que alegou que a revisão está partindo de uma premissa sem dados concretos, apenas para cumprir a legislação federal, pois não existe estudo de custos para isto, sofrendo intervenção da palavra pelo advogado Andrei Barbosa, que disse que a OAB quer fazer um debate analítico da realidade, e quer que o Município apresente estudos técnicos sobre os assuntos do plano diretor. O Coordenador respondeu que os estudos já existem, feitos pelos servidores do Município, que são técnicos. Um munícipe, senhor não identificado, usou da palavra, e falou sobre o zoneamento aeroportuário. O Coordenador disse que essa é uma preocupação do Município, e ressaltou que os estudos a respeito já estão adiantados. O Sr. Tiago Altomari, fiscal do Município, e que também faz parte do Conselho do CREA, disse a fiscalização faz cumprir as leis municipais, e que tem muito a contribuir para a revisão do plano diretor. O Coordenador esclareceu que já existe uma representante da Fiscalização, e que as sugestões dos fiscais podem ser repassadas a ela. O Sr. Odilmar Vargas pediu a agenda das audiências públicas, e indagou sobre nascentes e outras questões ambientais, e também de acessibilidade. O Coordenador repetiu que todo o cronograma está no site do Município, e que o tema de hoje é de zoneamento. O Sr. Andriel (sobrenome ignorado) disse que corrobora com o que os advogados Andrei e Fernando disseram, e falou sobre a água, saneamento básico e esgoto. A engenheira Jordana convidou a todos para a oficina técnica sobre o Código de Edificações, para o dia 04/06/2019, no CREA; bem como esclareceu o significado e objetivo das audiências públicas, ressaltando que toda a equipe é multidisciplinar, e que o trabalho é transparente. O Coordenador leu todo o cronograma da Equipe Técnica até o dia 05/08/2019. Sem mais inscritos para uso da palavra, o Coordenador Mauro Henrique encerrou-se a reunião, e eu, Dr<sup>a</sup> Sávila Tatiane Naves Pereira Evangelista,       Sávila      , redigi a presente Ata, que segue assinada pelo Coordenador Mauro Henrique, constando a lista de presença dos demais, na referida audiência. Tem-se como aprovada a mesma, vez que também foi gravada em áudio e vídeo.

  
Mauro Henrique Palmerston Lemos  
Secretário Municipal de Planejamento  
Coordenador da Comissão Técnica Municipal para Estudo e Revisão do Plano Diretor